

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0072-15 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a criação de vagas de cargo público de provimento efetivo.

Art. 1º Ficam criados mais quatro vagas, para o cargo público de provimento efetivo no Quadro de Servidores do Município de Itaqui, conforme abaixo descrito:

Categoria Funcional	Padrão	Nº de Vagas	Vencimento Básico	Carga Horária
Agente de Trânsito	07-A	04	R\$ 1.323,09	40hs semanais

Art. 2º Fica alterado o número de Cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo existente no art. 1º, da Lei Municipal nº 1.799, de 20.3.1991, relativo a categoria funcional abaixo descrita:

Categoria Funcional	Padrão	Nº de Vagas	Vencimento Básico	Carga Horária
Agente de Trânsito	07-A	10	R\$ 1.323,09	40hs semanais

Art. 3º As atribuições da Categoria Funcional do artigo anterior são as constantes no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.831, de 29.12.2011, permanecendo inalterados os demais dispositivos desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 22 DE SETEMBRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0072-15, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

J U S T I F I C A T I V A

Srs. Vereadores:

Estamos enviando a Vossas Excelências o presente projeto de lei, a fim de obter a indispensável autorização dessa Colenda Casa, para a criação de quatro (04) vagas para o cargo público de provimento efetivo de Agente de Trânsito.

Justifica-se a criação de quatro(04) vagas para o cargo público de provimento efetivo de Agente de Trânsito, para suprir a imensa demanda de serviços da Divisão de Trânsito - DITRAN, quais sejam, as vistorias realizadas nos transportes coletivos, nos transportes escolares e nos táxis, o estacionamento rotativo na Rua Independência e na Rua Borges do Canto, a operação Balada Segura, o videomonitoramento a ser instalado no Centro Integrado de Comando e Controle na Brigada Militar de Itaqui – CICC, decorrente do Acordo de Cooperação Técnica nº 18/2013, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Município e, também, em virtude das Indicações nº 228, 336, 470/2014 e 138/2015, oriundas dessa Casa Legislativa.

O presente projeto de lei encontra amparo legal e atende o disposto nos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, de acordo com a estimativa do impacto econômico e financeiro ora juntada.

A criação de quatro (04) vagas de cargo público de provimento efetivo de Agente de Trânsito, necessária para atender as demandas retromencionadas reverterá, se devidamente autorizada por Vossas Excelências, em benefícios a todos os munícipes.

Estas, as razões que justificam o presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 22 DE SETEMBRO DE 2015.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito